

Civilidade e Instrução no Brasil Oitocentista: Projeto Nacional e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos no Município da Corte entre 1855 a 1870.

Silvana da S. N. Perrut dos Santos¹

Resumo

No Brasil, a educação não ficaria fora do projeto de construção de uma identidade nacional, pois as “exigências de civilização” incentivavam a introdução do tema educacional no direcionamento de um programa político visando ser a educação o amálgama da nova nação em construção. Nesse sentido, a presente comunicação tem por objetivo analisar as motivações sóciopolíticas que culminaram na criação do Imperial Instituto dos Surdos Mudos² na segunda metade do oitocentos, e apreender como a criação deste se insere no debate sobre as políticas de instrução pública voltadas para o ensino de primeiras letras conduzidas pela elite dirigente no Segundo Reinado, e por sua vez demonstrar como estas se integram ao processo de consolidação do Império e construção de uma identidade nacional inspirada nos referenciais de civilidade europeus.

Palavras-chave: Educação, projeto nacional e civilização.

Abstract:

In Brazil, the education would not be out of the project of building a national identity as the "demands of civilization" encouraged the introduction of the subject in the educational direction of a political programme aimed at the education be the amalgamation of the new nation under construction. In that sense, this article aims to examine the motivations social-politic that culminated in the creation of the Imperial Institute of the Mute Deaf in the second half of the eight hundred, and seize as the creation of this fits into the debate on the policies of public instruction geared for teaching first letters led elite leader in the Second kingdom, and in turn demonstrate how they fit into the process of consolidation of the Empire and building a national identity based on the benchmarks of civility europeans.

Keywords: Education, national project and civilization.

¹ Aluna de graduação em Licenciatura em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro /UFRRJ, bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq/PIBIC sob orientação da professora D^a Margareth de Almeida Gonçalves da UFRRJ/ICHS/DLCS e coordenadora do PPGH.

² O termo “surdo mudo” é citado nas fontes referentes ao Imperial Instituto no período analisado. Apesar da nomenclatura correta nos dias atuais ser “surdo” ou “Surdo” adotaremos em nosso trabalho a primeira nomenclatura, tal como descrita nas fontes. Atualmente, o Imperial Instituto tem a denominação de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sendo este um centro de referência na área de surdez e educação para deficientes auditivos.

Após 1822, o grande desafio da elite imperial seria a tarefa de construção da nação como já prenunciava no início do século XIX o naturalista Auguste de Saint Hilaire: "Havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros" (*Apud* GONÇALVES, 2004, p.2).

No Brasil, a educação não ficaria fora do projeto de construção do Estado Nacional. As "exigências de civilização"³ forçavam a introdução do tema educacional no encaminhamento de um programa político de consolidação nacional. Cabia ao Governo a tarefa de construir a nação e propagar o ideário conservador através das políticas voltadas para a instrução pública. Dessa forma, o ensino serviria para difundir as "luzes", assim como também para estabelecer distinção social, onde o objetivo de ampliar aos brancos pobres, descendentes de trabalhadores livres o ensino primário, era uma forma de distinguí-los socialmente dos negros.⁴

Nesse contexto, a Reforma Couto Ferraz de 1854 que regulamentou a instrução primária e secundária na cidade-corte surge como importante instrumento de implementação do programa político de construção e afirmação da nacionalidade na segunda metade do oitocentos. A regulamentação do ensino primário na sede da Corte, o lançava como padrão para as outras localidades do Império, sendo este o *locus* privilegiado onde a instrução recebe um papel indispensável:

"Assim, a instrução cumpria ou deveria cumprir um papel fundamental, que permitia — ou deveria permitir — que o Império se colocasse ao lado das "Nações Civilizadas". Instruir "todas as classes" era, pois o ato de difusão das luzes que permitiam romper com as trevas que caracterizavam o passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da Razão, superando a "barbárie" dos "sertões" e a "desordem" das ruas." (MATTOS, 2004: 271).

Outrossim, a experiência dos países considerados ilustrados serviria de referencial para a definição de uma política de instrução pública concertada com as noções de progresso e civilização, sendo esta última oposta à noção de barbárie. Em meio aos limites de uma sociedade escravista define-se uma agenda de políticas públicas em que se alia educação, caridade e filantropia tornando-se estes elementos indispensáveis ao funcionamento do Estado.

No caso do Imperial Instituto dos Surdos Mudos, foi concedida permissão ao professor francês Ernest Huet para a sua fundação com apoio do governo, um desdobramento do aparato institucional de instrução que conformava o "estado de civilização do país". A criação do

³ Ver Relatórios Ministeriais do Império de 1856 e 1881.

⁴ Ver Ilmar R. Mattos, 2004. p. 274.

Instituto, caracterizado como de “utilidade pública”, materializava-se no âmbito da estrutura administrativa do Ministério de Estado dos Negócios do Império, sendo organizada uma comissão inspetora formada por “notáveis” do Império no sentido de promover a fundação e garantir a administração do mesmo.⁵

Conforme o Regulamento Interno de 1857, o Instituto recebia alunos de ambos os sexos e tinha como objetivo “a educação intelectual, moral e religiosa dos surdos mudos que se achassem nas condições de recebê-la, e prepará-los segundo a aptidão e necessidade de cada um ao exercício de uma arte mecânica ou liberal.”⁶

De acordo com as informações do mesmo Regulamento e dos relatórios do Ministério do Império, os alunos desta Instituição de ensino eram pensionistas ou contribuintes.⁷ Quanto à instrução oferecida pelo Instituto, os alunos recebiam a primária e secundária. O programa do curso primário dispunha das seguintes disciplinas: Estudo prático da Língua Portuguesa usual, numeração e rudimentos de Arithimética, História e Geographia do Brazil, Articulação e Leitura sobre os lábios, Calligraphia, Desenho, e trabalho de agulha para as alunas e trabalhos manuais para os meninos.

Já no programa do Ensino secundário constavam as seguintes disciplinas: Língua Nacional, Gramática Prática e Theórica, Cathecismos ou conhecimento dos deveres religiosos e sociais, Arithimética Theórica e Prática, História e Geographia do Brazil, História Moderna e Antiga, História Sagrada, Elementos de Álgebra e Geometria, Noções de Rhetórica e Philosophia, Articulação e Leitura sobre os lábios, Desenho, Calligraphia, Contabilidade (para aqueles que tivessem de prestar serviços no comércio e que tivessem aptidão), trabalhos de lã e bordado para alunas e lições de Horticultura ou trabalhos manuais para os meninos.

Conforme, mencionado nos relatórios ministeriais de 1856 foi realizado em dezembro do mesmo ano, o exame público onde foram distribuídos prêmios aos alunos que completaram o

⁵ No relatório ministerial de 1856, são citados os nomes dos “dignos cidadãos” que a integravam: Marquês de Abrantes, Marquês de Monte Alegre, Marquês de Olinda, Eusébio de Queiros Coutinho Mattoso Câmara, o prior do Convento do Carmo, o abade do Mosteiro de São Bento, O Dr. Manoel Pacheco da Silva, então Reitor do Imperial Colégio Pedro II, que a pedido do Imperador também foi designado a ajudar na organização do Instituto. E, por último o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que exercia as funções de secretário.

⁶ Conforme descrito no artigo 2º do capítulo 1º do Regulamento Interno do Imperial Instituto dos Surdos Mudos disponível na pasta IE 5 14/ 1856 – 1866 do Arquivo Nacional.

⁷ De acordo, com o 27º artigo do capítulo 5 do Regulamento Interno do Imperial Instituto dos Surdos Mudos: “Pensionistas são todos os alumnos educados à expensa do Governo Imperial ou da Província a que pertença ou de qualquer Instituição ou pessoa *caridoza*.” Já os contribuintes eram mantidos por suas famílias ou tutores.

curso. A cerimônia contou com a presença de Sua Majestade, D. Pedro II que abonou a capacidade do diretor Ernest Huet, a aptidão dos alunos e a eficácia dos *métodos* de ensino empregados em iguais estabelecimentos de ensino da Europa.

Podemos apreender com base na análise das fontes supracitadas que, na concepção de educação do Império, a inspiração européia foi contumaz. O exemplo dos países considerados mais ilustrados servia de guia para a instituição de uma política de instrução pública afinada com os ideais de civilidade e progresso. Assim, o projeto civilizatório implementado pela elite dirigente ligada ao aparelho de Estado estava intimamente imbricado às transformações que estavam ocorrendo na Europa.

Enfim, podemos por ora concluir que a instrução seria assim o dínamo propagador das “luzes” e dos ideais de civilidade para a nova nação, sendo a educação, um elemento de tecitura e unificação do Estado Imperial conduzido e direcionado por “notáveis” ligados diretamente ao Governo do Império. Seria, pois através da instrução primária que conhecimentos elementares para a formação de uma nova identidade nacional seriam agora difundidos entre os brasileiros em formação.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Coleção das Leis do Império. Brasil. Disponível na página: <http://www.camara.gov.br/>

Relatórios do Ministério do Império 1837-1889, Brasil. Disponível na página:

<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.htm>

Arquivo Nacional. Documentos manuscritos. Brasil Império. *Fundo Série Educação: Ensino Primário*. Pastas IE 4, IE 5.

Livros e artigos

CARVALHO, José Murilo de. *A Monarquia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

_____. *I – A construção da ordem: a elite política imperial. II – Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1973.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador, vols. 1 e 2*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império. O debate entre Tavares bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo, Departamento de Ciência Política da USP; Editora 34, 1999.

_____. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

- GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Civilização e Artifício: Os viajantes no Brasil Oitocentista*. In: *Fragmentos Culturais*. Vol.13. Goiânia: 2003. Pp. 279-297.
- _____. *Civilização e Artifício: Projeto nacional e educação no Brasil Oitocentista*. Projeto de pesquisa, 2006 (mimeo).
- GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Vol. 1. 1ª ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “*Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*”. In: *Estudos Históricos*, nº1. RJ, 1988, pp 5-27.
- HIMMELFARB, Gertrude *Poverty and compassion*. New York: Alfred Knopf, 1991.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: a formação de Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- PINTO, Fernanda Boufh. *Vendo Vozes: a história da educação dos surdos no Brasil oitocentista*. Monografia em história, UERJ, RJ, 2005.
- SOARES, Maria Aparecida Leite. *A Educação do Surdo no Brasil*. EDUSF. Editora: Autores Associados, 1999.